



Ministério do desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional da Codevasf
ANEXO I**

JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade fornecer subsídios para autorizar a licitação, modalidade pregão eletrônico, registro de preços visando fornecimento, carga, transporte, descarga e instalação de equipamentos, destinados produção de biogás familiar, por parte de associações/famílias conforme especificações técnicas, contidas nos termos de referência deste processo administrativo.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

A contratação do objetos da presente licitação justifica-se pelas razões de interesse público, tendo em vista que a aquisição de Biodigestores para produção de Biogás, fortalecerão a capacidade produtiva dos municípios envolvidos nessa ação, aumentando a renda e a qualidade de vida das famílias envolvidas. Através do aproveitamento de lixo orgânico para produção de energia, agregando valor a produção local. Os Biodigestores para produção de Biogás vai ainda estabilizar a renda do produtor, reduzindo o desperdício e as perdas no campo. Considerando que a CODEVASF, ao longo de sua história, vem atuando na região do sertão pernambucano, marcadamente através da realização de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social das comunidades carentes do Estado, ou mesmo, melhorar a qualidade de vida das famílias promovendo trabalho e renda, a promoção deste pleito torna-se necessária e viável, diante do exposto.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se tratam de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento do objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme constam das Especificações Técnicas que integram o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que será contratado.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional da Codevasf

Em conformidade com o que estabelecem os incisos I e III, do artigo 3º do Decreto nº 7892/2013, transcritos a seguir: *I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; e III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;* A aplicação do SRP neste procedimento foi determinada pela necessidade regular de aquisição dos bens especificados neste instrumento, dado as demandas recorrentes por diversas entidades e municípios pelos equipamentos.

Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Da Dotação orçamentária:

Os fornecimentos serão executados no prazo de vigência da ata de registro de preços. Registre-se ainda, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32, alínea IV, Lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Sim – A adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e baixo custo, além de otimizar a gestão, sem se afastar dos princípios básicos da Administração Pública, insertos no artigo 37, da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e pode ser ainda uma alternativa de contratação, quanto a necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços, no âmbito do Poder Público, depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos, já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente, pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional da Codevasf

Permite Participação de Consórcios:

Não - Por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal. Acrescentamos ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme disposto no artigo 10, da IN nº 05/2017.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 7º do Decreto nº 10.024/2019.

Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

Justificativa para 01 (um) grupo: Em conformidade com as diretrizes e soluções adotadas nos Estudos Técnicos Preliminares, e ainda em razão da especificidade, Grupo 01: aquisição e instalação de Biodigestores, e assim serão distribuídos pelos municípios da área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, sem riscos dos possíveis detentores, por item, não cumprirem com suas avenças, e visando ampliar o caráter competitivo da licitação considerando, que a divisibilidade dos itens da licitação, em 01 (um) grupos, é viável tecnicamente e economicamente sem perda de escala e, considerando, ainda, o cumprimento dos prazos estabelecidos para certame licitatório.

Da exclusividade e/ou cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

A não previsão da cota reservada, trazida pelo artigo 8º, Decreto nº 8538/2015, encontra respaldo no artigo 10, e que a experiência tem demonstrado, com a não previsão, é que a vantajosidade, fica preservada.

Permite Subcontratação:

Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que não dizem respeito às atividades fim da contratada, tendo em vista não ser possível fracionamento dos encargos/obrigações constantes neste termo de referência, embora os equipamentos a serem fornecidos tenham relativa complexidade para o seu fazimento, é facilmente executável pela por uma empresa específicas.

Orçamento Público/Aberto: Este processo possui definições, critérios, especificações de engenharia bem definidos, tornando relevante a divulgação do orçamento.

Este processo possui definições, critérios, especificações de engenharia bem definidos, tornando relevante a divulgação do orçamento. No âmbito das contratações públicas, antes de celebrar um contrato a Administração deve definir com clareza o objeto pretendido. Logo após, deve efetuar a avaliação do seu custo em face das condições de mercado.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional da Codevasf

Acórdão 1502/2018 Plenário Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz):

“Licitação. Empresa estatal. Edital de licitação. Orçamento estimativo. Divulgação. Princípio da publicidade. Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

O TCU orienta: “sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória”), ou seja, neste processo. Não adotamos um orçamento com um critério “estimativo”, que até compreenderia subsídio para avaliar a “aceitabilidade das propostas”, mas neste caso foi objeto de diagnóstico e projeto.”

Portanto, entendemos que a recomendação do TCU, mesmo diante do regime jurídico presente na Lei nº 13.303/2016 – que institui o sigilo do orçamento como regra geral, orienta às estatais nos atos convocatórios à divulgarem o orçamento quando do julgamento das propostas servir de critério, como neste caso que se trata de preço máximo

Responsável pelas informações:

Roberta Almeida
Analista em Desenvolvimento Regional
3º GRR/UDT

De acordo:

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3º GRR/UDT